

Comissão desconhece problemas

Lucianne Carvalho

Terça-feira, 10 horas. No último auditório da Ala Senador Alexandre Costa, onde funciona a Comissão do Distrito Federal, a porta está aberta e ninguém lá dentro. No pavimento inferior, dois funcionários conversam displicentemente em meio ao silêncio do gabinete. Uma manhã calma, como acontece quase todos os dias desde o início do período legislativo deste ano, embora seja dia e hora dos dez senadores titulares e seis suplentes se reunirem para discutir os muitos problemas do Distrito Federal.

Falta de tempo, de interesse, de assunto para ser discutido? As razões alegadas para a ausência de quorum para as reuniões são muitas, mas o fato é que, nesse período legislativo, a comissão do DF se reuniu apenas duas vezes e, de acordo com o funcionário assistente da Comissão, Kleber Alcoforado Lacerda, para decidir sobre a metodologia de trabalho a ser adotada em 1984. Em pauta, apenas dois assuntos: o seminário sobre os problemas do Distrito Federal e o estudo de um projeto que proíbe o uso indevido de passeios públicos da cidade.

Prioridade para os Estados

A Comissão do Distrito Federal foi criada em 1962 com o objetivo de

discutir todos os problemas que envolvem o Distrito Federal, assim como ouvir as reclamações da população, além de examinar e homologar as decisões do GDF; ratificar as indicações para cargos e funções e decidir sobre liberações de verbas. A comissão funcionava na Câmara e, tempos depois, foi transferida para o Senado. Em tese deveria desenvolver um trabalho que caberia à representação política de Brasília já que esta representação não existe. Na prática, porém a realidade é outra.

Atualmente a comissão é presidida pelo senador Alexandre Costa (PDS-MA), que segundo o senador Alfredo Campos (PMDB-MG), também membro da Comissão, pretendia transformar a Comissão numa verdadeira câmara de vereadores atendendo à população brasiliense e encaminhando a resolução de seus problemas.

O senador peemedebista comenta que Alexandre Costa começou muito animado e, de fato, no ano passado foram realizadas até 35 reuniões, mas o entusiasmo foi passando à medida que os componentes da Comissão deixavam de se interessar pelos problemas da capital em função de priorizarem os problemas de seus Estados.

Já para o senador Marcondes

Gadelha (PDS-PB), a desmobilização este ano, da Comissão, ocorre principalmente, « por estarmos vivendo um período de muita turbulência política, quando as questões nacionais como a emenda Dante de Oliveira para eleições diretas, e os problemas econômicos do País se tornam prioritários. Ele observa ainda que a Comissão é pequena e os parlamentares estão sobrecarregados.

Marcondes Gadelha acredita que o fato de não existir políticos com características autóctones leva a um possível desinteresse e termina por não haver o empenho de fato nas questões do Distrito Federal. Ele disse que há uma proposta do senador Passos Pôrto para a ampliação da Comissão com a exigência de pelo menos um senador de cada Estado para integrá-la. Esta Comissão seria dividida em subcomissões e, assim, os problemas da cidade poderiam ser estudados com mais tempo e interesse.

Viagens demoradas

Para que as reuniões da comissão possam ser realizadas é preciso que estejam presentes pelo menos seis senadores. E exatamente esta presença que impede o andamento da Comissão. O funcionário Kleber Lacerda acredita que o dia não é favorável para as reuniões, já que terça-feira, pela manhã, na agenda dos

parlamentares, ainda é final de semana e, como a maioria viaja nestes dias, chegam a Brasília terça à tarde.

Ontem, quando a reunião da comissão deveria estar acontecendo pelo menos sete senadores estavam viajando, conforme informaram funcionários dos seus gabinetes: Lourival Baptista (PDS-SE); Benedito Ferreira (PDS-GO); Murilo Badaró (PDS-MG); Mauro Borges (PMDB-GO); Saldanha Derzi (PMDB-MT); Gastão Muller (PMDB-MG) e Marcelo Miranda (PMDB-MS). O senador Dinarte Mariz (PDS-RN) está doente; Alexandre Costa (PDS-MA); Guilherme Palmeiras (PDS-AL); Passos Pôrto (PDS-SE); Jutahy Magalhães (PDS-BA); Altevir Leal (PDS-AC); João Castelo (PDS-MA) e Itamar Franco (PMDB-MG) não foram encontrados em seus gabinetes e seus funcionários não souberam informar onde estavam.

Os dois únicos senadores que foram localizados, Alfredo Campos (PMDB-MG) e Marcondes Gadelha (PDS-PB), não foram convocados para qualquer reunião da Comissão ontem, mas comentaram que os últimos encontros estavam restritos a homologações de indicações do GDF e deliberação sobre aplicações de verbas.